

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
CDRS - SAA	Henrique Bellinaso Denis Herrison Silva
CONIRP	Roberto Polga
Cooperativa Holambra	Petrus B. Weel
Consórcio Bacias PCJ	Andréa Borges
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões Cláudia Debroy de Campos
DAAE Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves
INEVAT	Cláudia Grabher
IZ – APTA – SAA	João José A. de A. Demarchi
ONG Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
SIMA / CFB / CTR	Natália Gomes Fernandes
SR de Rio Claro SR de Salto SR de Campinas Associação Vale Verde	João Primo Baraldi
TNC	Henrique Bracale

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
COOTA	Patrícia Montebelo
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso
PM de Salto	Carlos Manoel Nascimento Faria
SANASA / CT-EA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SAAE Indaiatuba	Ildo de Souza Dias
SR de Limeira	Nilton Piccin

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
ICLEI América do Sul	Beatriz Barros Aydos
PM de Nova Odessa	Aryhane Massita
PUC Campinas	Duarcides Ferreira Mariosa
SIMBIOSE – Atibaia	José Guedes Fernandes Neto
Agência de Bacias PCJ	Bruna Caroline Juliane
	Leonardo Lucas Baumgratz
	Ivan Gerdzijauskas Rebeca Silva
Agência de Bacias PCJ	Maria Eugênia Martins
	Mateus de Oliveira Ismael
	Tiago Georgette Gabriel Gualda

Agência de Bacias PCJ	Patrícia Barufaldi Felipe Requena
-----------------------	--------------------------------------

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Abertura da 42ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):

O coordenador Sr. Henrique Bellinaso (CDRS/SAA) fez a abertura da 42ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais às 14:15h, deu boas vindas aos membros presentes e anunciou uma nova medida de proteção das reuniões em função dos recentes problemas verificados nas reuniões da CT-PL com a invasão de pessoas que não tem interesse no assunto e perturbam de forma significativa a realização das mesmas. Haverá, portanto maior rigor para liberação do acesso de pessoas nas reuniões e o link não estará mais disponível no site dos Comitês para evitar acesso para este tipo de pessoas. Passou a palavra ao secretário do GT-Mananciais João Demarchi para as demais atividades administrativas; 2. Secretaria - Informes

Gerais (item 2 da pauta): O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), secretário do GT, comentou que infelizmente a minuta de ata não foi enviada para apreciação de todos, portanto, sua discussão ficará para a próxima reunião ordinária. **Informes: (2.1)** - Apresentação da Política de Mananciais PCJ em evento da ABES pelo Coordenador da CT-RN João Demarchi. Vídeo de vinte minutos está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=TH-Md0vziNs>. O Sr. João comentou da importância de todos os membros do GT assistirem essa apresentação, bem como a leitura dos projetos enviados para concorrer ao Prêmio ANA2020 para uma avaliação e possíveis sugestões de melhorias. Os documentos e a apresentação utilizada estão à disposição para todos os que tenham interesse. É a primeira vez que uma apresentação da Política de Mananciais PCJ é gravada e pode servir de material de divulgação e de capacitação. Também pode servir de base para a elaboração de novo folder para comemoração dos cinco anos da política; (2.2.)

Reuniões de Planejamento da Coordenação do GT-Mananciais – comentado para ciência de todos que quinzenalmente tem havido reunião entre a Assessoria Ambiental da Agência de Bacias PCJ com a coordenação da Política de Mananciais (GT-Mananciais) para discussão das pautas e assuntos em andamento para ajustes, acertos e melhorias. O volume de informações é muito grande e tem havido necessidade de reuniões intermediárias entre as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

reuniões ordinárias para melhor andamento e planejamento das atividades previstas no Plano de Trabalho da CT-RN e dos GTs Mananciais, Áreas Protegidas e Indicadores e Monitoramento. A possibilidade de realizarmos reuniões por videoconferência tem permitido esse tipo de reunião e ajudam na gestão de tantos assuntos que envolvem a política; **(2.3.) Prêmio ANA** (envio de quatro projetos) – **Categoria:** Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) – **Instituição realizadora:** Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: **(a) Título:** Uso de tecnologias inovadoras de previsão hidrometeorológica para segurança hídrica na gestão compartilhada do Sistema Cantareira – Coordenação Alexandre Luís Almeida Vilela (Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ / CT-MH); **(b) Título:** A Política Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ como instrumento inovador de alavancagem dos investimentos em infraestrutura natural para melhoria da resiliência de mananciais – João José A. de A. Demarchi (Pesquisador do IZ/SAA e Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais / CT-RN); **Instituição realizadora:** Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ **(c) Título:** Transparência da sustentabilidade corporativa da Agência das Bacias PCJ, por meio dos padrões da Global Reporting Initiative – GRI para elaboração do Relatório Institucional e **(d) Título:** Projeto Levantamento de Unidades para Investimentos em Serviços Ambientais – “Projeto LUISA PCJ” como ferramenta inovadora para a proteção de mananciais e tomada de decisão quanto a demandas e investimentos. Os trabalhos b e d estão diretamente relacionados com a Política de Mananciais PCJ. Todas as inscrições já foram homologadas; **(2.4.) Demanda FUNDEPAG** – Monitoramento quali-quantitativo das águas (Instituto Eldorado): atendendo demanda da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – FUNDEPAG – que dá apoio às pesquisas agropecuárias dos Institutos de Pesquisa da SAA e da SIMA e que também está atuando na área ambiental, foi agendada uma primeira reunião de alinhamento de interesses com a participação do Coordenador da CT-MH Alexandre Vilela (17/08/20). O tema principal para a reunião foi o de apresentar os parceiros técnicos da Fundepag e o

papel da *Conexão.f* na viabilização de projetos. **Instituto Eldorado** - Apresentação da experiência prática na utilização de hardwares, sensores e sistemas informatizados para monitoramento ambiental (Mauro M. Miyashiro – mauro.miyashiro@eldorado.org.br e Daniel Augusto Guerra da Costa – daniel.costa@eldorado.org.br). **Instituto de Pesca** - Apresentação da experiência em projetos de Monitoramento Pesqueiro Marinho, Continental e em Bioindicadores Bentônicos (Antônio Olinto Pesquisador aointo.ipesca@gmail.com, Paula Gênova Pesquisadora Científica: paulagc08@gmail.com com o Monitoramento pesqueiro Continental e Luciana Carvalho Bezerra de Menezes – Pesquisadora luciana.menezes@sp.gov.br); **FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio** - Projeto Águas da Mantiqueira - Apresentação da experiência em estudos da biodiversidade através de bacias hidrográficas – Projeto Águas da Mantiqueira (José Roberto Manna, Coordenador Técnico do Projeto Águas da Mantiqueira - betomanna@gmail.com). Parceria com a Fundação Toyota. Espera-se que haja um potencial monitoramento de microbacias dos Projetos da Política de Mananciais PCJ; **(2.5.) Projeto FAPESP – Diálogo - Projeto CAR no Estado de São Paulo.** Drs. Paulo André Tavares / Gerd Sparovek Geolab (ESALQ/USP) – Implantação do Código Florestal no Estado de São Paulo. Primeiros contatos fornecidos pela Marina Barbosa (Agência PCJ) que serão trazidos para a CT-RN ou GT-Mananciais para aprofundamento das discussões. Dados disponíveis: <https://codigoflorestal.wixsite.com/tematico/>. O objetivo do projeto é gerar informações científicas que auxiliem na implementação do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) no estado de São Paulo através de um processo de diálogo contínuo entre atores de diferentes setores e a academia. Para atingir este objetivo, diversas reuniões abertas estão sendo realizadas para levantar as demandas e estabelecer um mecanismo de *feedback* constante entre a equipe do Projeto Temático e os atores envolvidos na implementação do Novo Código no Estado de São Paulo; **(2.6.) Integração** entre as diversas políticas públicas desenvolvidas pelas CTs: A Srta. Bruna Juliani (Agência de Bacias PCJ) fez uma análise conjunta de todas as políticas criadas pelas Câmaras Técnicas existentes no âmbito dos Comitês destacando os pontos de contato e ou divergentes, sendo os resultados bastante interessantes. Foi proposto

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

que ela refaça essa análise incluindo como pano de fundo o Planejamento Estratégico dos Comitês (Missão, Visão e Princípios) para uma segunda discussão e aprofundamento das discussões provavelmente para todos os coordenadores das CTs em reunião conjunta com o GT-Empreendimentos; **(2.7.) Participação na 65ª Reunião Ordinária da CT-AS (Águas Subterrâneas):** Participando da reunião foi possível tomar ciência da gravidade da gestão das águas subterrâneas, principalmente pelo maior déficit de disponibilidade nos municípios de Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste dentre os municípios dos Comitês PCJ (maior criticidade). São três aquíferos (Guarani, Tubarão e Sedimentar/Cristalino), sendo o Guarani mais a jusante, Tubarão na região média e o Cristalino a montante dos Comitês PCJ. A coordenação da CT-AS pretende fazer uma oficina para discutir com os interessados as questões relacionadas com as regiões mais críticas para recarga destes aquíferos, podendo contribuir para a priorização de áreas dentro da Política de Mananciais; **3. 3º Edital 2020/2021 da Política de Mananciais – Programas I e II (Item 4 da pauta):** Cronograma, período de apresentação dos projetos, avaliação, etc. A Srta. Bruna Juliani (Agência de Bacias) apresentou um possível cronograma para o andamento do 3º Edital (2020) da Política de Mananciais PCJ. Propôs que a apresentação do edital seja realizada em uma reunião conjunta extraordinária da CT-Rural e CT-RN e GT-Mananciais para discussão e aprovação do documento no dia 21 de agosto de 2020, que será enviado para a 79ª Reunião da CT-PL prevista para o dia 04 de setembro ou na 80ª Reunião prevista para o dia 06 de novembro. Aprovada na CT-PL seria apresentada na Reunião Plenária de Dezembro de 2020. O período de inscrição seria de 11 a 21 de janeiro de 2021, análise das propostas pelo GT e pela Agência de 25/01 a 05 de fevereiro de 2021, divulgação da pré-qualificação no dia 08 de fevereiro, período de complementações de 09 a 12 de fevereiro, análise das complementações feita pelo GT e pela Agência de 17 a 19 de fevereiro, divulgação desses resultados no dia 22 de fevereiro, período de recursos de 23 a 26 de fevereiro, envio para a CT-PL do dia 05 de março (ou 05 de julho de 2021) e apresentação na Plenária de maio ou junho de 2021. A abrangência do edital é todo o território da bacia, incluindo os cinco municípios mineiros não contemplados nos editais anteriores. A entrega dos documentos poderá ser feita

pelos correios em função da pandemia, desde que cheguem dentro do prazo estabelecido. O cenário ainda incerto poderá sofrer alterações no calendário e na disponibilidade de recursos previstos no PAP-2017/2020. O Sr. Henrique (CDRS) pergunta sobre as possíveis mudanças na cobrança federal pelo uso da água e até a suspensão da cobrança neste ano determinado pela ANA. O Sr. Miguel Milinsky (DAE Rio Claro) chama a nossa atenção o fato de termos eleições municipais este ano e as possíveis mudanças no quadro funcional das prefeituras. O Coordenador do GT respondeu que isso foi levado em consideração, protelando a execução do edital para 2021, ponderando que é objetivo deste grupo estabelecer um cronograma anual fixo para os próximos editais. O Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) pergunta se há alguma orientação sobre a participação dos municípios mineiros, já eu editais anteriores não os incluíam. A Srta. Bruna argumenta que havia recursos destinados especificamente para essa porção da bacia, portanto, não eram incluídos, mas que essa posição foi revista e a diretoria da Agência PCJ concorda com essa estratégia. Na publicação da Deliberação isso ficará claro. O Sr. Henrique Bracale (TNC) pergunta sobre uso do protocolo digital, se será possível essa inscrição *on line*. O Sr. Marcelo (PM de Charqueada) sugere que seja usada a data de entrega nos correios e não na data de entrega na Agência. Ambas as sugestões foram acatadas e serão consideradas. O Sr. Tiago (SE dos Comitês PCJ) comentou que na reunião da CT-PL realizada no período da manhã nada foi dito como informe, já que ainda não há uma decisão final sobre a cobrança em rios da união. O Sr. Polga comenta sobre o rito de alteração dos valores cobrados pelo uso da água, que deverá poder sofrer reajuste em 2021. O que preocupa é que a pandemia poderá alterar a disponibilidade de recursos financeiros previstos no PAP2017-2020. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) comentou sobre Lei Estadual que realocou os recursos disponíveis (saldo não utilizado referente ao ano de 2019) do FEHIDRO que foram transferidos para o Fundo Geral do Estado. No caso do PCJ não houve prejuízo significativo, pois através de negociações foram acertadas algumas contrapartidas com os municípios envolvidos que não vão impedir a execução normal dos projetos em andamento. A discussão sobre a cobrança ou não em 2020 ainda continuam no âmbito do CNRH, sem uma conclusão final sobre este assunto.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

O Sr. João Demarchi comentou que acha importante que os recursos sejam disponibilizados para todos os 76 municípios das Bacias PCJ de forma igualitária, acreditando que isso possa melhorar a gestão compartilhada entre os Estados de SP e MG. Quanto ao processo de inscrição ser feita de forma digital também acha importante que se aprimore o processo para garantir a entrega dos documentos de forma digital (*on line*), além de ser muito importante um calendário anual fixo para os editais dos programas I e II. Precisamos dar divulgação plena do edital para todos os municípios durante o segundo semestre de 2020, culminando com a realização do II Workshop da Política de Mananciais (por videoconferência ou presencial). Caso haja um número maior de projetos do que os recursos financeiros disponíveis, temos o Banco de Projetos e podemos pleitear maior volume de recursos para a Política de Mananciais PCJ justificada pela maior demanda. Neste edital a CEF está exigindo um valor mínimo para os projetos de PSA de R\$ 150 mil. Também já há menção no edital da necessidade de envio de uma relação de documentos exigidos pela CEF para assinatura do contrato com o município, a ser enviado posteriormente ao processo seletivo do edital. O Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) mencionou um projeto da SABESP na região do Cantareira com a restauração de 100 hectares. O Projeto **Ativo Verde**, que segundo o Henrique Bracale (TNC), é um novo componente do Projeto Nascentes da SIMA, que também tem um Banco de Áreas e um Banco de Projetos (de Prateleira), similares ao que temos no PCJ. Foi sugerida uma integração entre esses Bancos de Áreas e para isso agendar uma reunião com a Sra. Helena Carrascosa (SIMA). O Sr. João Demarchi lembrou que estamos discutindo parceria com o Instituto de Pesquisas IPÊ que também atua nessa região, inclusive com a participação do Sr. Hélio Figueiredo da SABESP. Nestas discussões há também sinergismo com os Programas III e IV devido ao interesse pelas áreas protegidas. Precisamos de máxima sinergia para tornar mais eficiente os investimentos humanos e financeiros. De forma complementar foi citado documento do Sr. Hélio César Suleiman, diretor presidente da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê (FABH-AT) visando troca de experiências sobre a conservação de mananciais e pagamentos por serviços ambientais (PSA), querendo obter maiores informações sobre a Política de Mananciais PCJ. Lembrado que

estão em andamento ações visando maior integração de todos os CBHs da Bacia do Rio Tietê. Aprovado o calendário proposto com a ressalva da Sra. Patrícia sobre a sua preocupação com os curtos períodos previstos no calendário as atividades para março de 2021. O Sr. Petrus e o Sr. Henrique disseram que precisará haver maior número de CT-PL's e de Plenárias e que devemos solicitar atenção para este fato. O Sr. Denis (CDRS) lembrou-se dos problemas que podem surgir com servidores comissionados que não se interessariam em elaborar o projeto, mas a Sra. Patrícia destacou a função da UGP. Ela deve evitar todos esses problemas por ser um núcleo constante de governança local independente das questões políticas locais (arcabouço legal e UGP). O Sr. Miguel Milinski se lembrou das dificuldades que serão enfrentadas para anuência dos produtores rurais durante a pandemia, e até do fato de não conseguirmos nenhum projeto, o que prejudicaria a Política de Mananciais. O Sr. Henrique Bracale (TNC) endossou as questões apresentadas anteriormente, entendendo que se em setembro ou outubro já houver divulgação das regras do edital, boa parte dos problemas podem ser minimizados ou eliminados. A Sra. Patrícia se lembrou de um novo chamamento público da ANA para projetos, podendo impactar as nossas ações relativas aos prazos obrigatórios nesses processos. Aprovada continuidade do processo com reunião extraordinária do GT-Mananciais e Conjunta da CT-RN e CT-Rural para o próximo dia 21 de agosto para ajuste do calendário; **4. Planos Diretores de Macrodrenagem / Projeto Corumbataí (item 5 da pauta):** Participação do GT-Mananciais na elaboração dos Planos de Macrodrenagem das Bacias dos Rios Jundiá, Capivari e Quilombo. Ofícios para a Área de Saneamento da Agência de Bacias PCJ e para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ ainda sem resposta (**Ofício CT-RN nº 04/2020 de 19/06/20** – Projetos de Macrodrenagem enviado para a Sra. Elaine Franco de Campos - Coordenadora de Projetos da Agência de Bacias PCJ e **Ofício CT-RN nº 05/2020 de 08/julho/20** – Projetos de Macrodrenagem enviado para o Sr. Luiz Roberto Moretti - Secretário Executivo dos Comitês PCJ). A Agência de Bacias contratou um Plano para a sub-bacia do Rio Corumbataí para discutir a segurança hídrica dessa bacia hidrográfica. Destacou que durante a apresentação dos resultados novamente verificou que a visão foi praticamente exclusiva de construção de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

barragens, sem uma visão mais sistêmica do problema e da apresentação de outras soluções diferentes do que as correlacionadas com a infraestrutura cinza. O Sr. Petrus, pioneiro e voluntário dessa preocupação, lembrou suas ações no acompanhamento da execução do TR relacionado ao Plano de Trabalho de Macrodrenagem do Rio Jundiá e as dificuldades de uma visão mais ampla dessas questões, principalmente na área rural, evitando-se investimentos exclusivamente em infraestrutura cinza. Precisamos participar da construção dos Termos de Referência, pois uma vez contratados é muito difícil alterar algum tópico. O Sr. Miguel Milinski (DAE de Rio Claro) disse que participou da elaboração do TR e que sempre alertou que deveria haver mais investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e controle da poluição difusa e que a resposta dos empreendedores foi de que já há falta de água, e, portanto, precisamos de novos barramentos como solução emergencial. Destaque para as soluções baseadas na natureza precisam ser conduzidas simultaneamente. Soluções precisam e devem ser complementares, já que se não houver correto manejo dos solos na região a montante das barragens, essas poderão ter sérios problemas com enchimento e disponibilidade hídrica e assoreamento. Precisamos de uma visão holística dessa questão buscando maior sustentabilidade do Plano de Bacias. Acordado que haverá participação do Miguel Milinski, Petrus Weel e Cláudia Grabher como representantes da Política de Mananciais PCJ nas questões relacionadas com macrodrenagem; **5. GT-SAA/PCJ - Grupo de Trabalho SAA (CDRS) / Agência de Bacias PCJ (item 6 da pauta)**: Retomadas as ações desse GT com a recriação do grupo de trabalho com novas indicações. É um desdobramento das solicitações feitas ao Coordenador da CDRS em reunião anterior do GT-Mananciais que foi provocada por cobranças do MP. Foi realizada uma primeira reunião com a apresentação de todas as ações, planos e programas da CDRS. Esses planos devem ser levados para conhecimento de todos os produtores rurais envolvidos nos projetos da Política de Mananciais para que tenham assistência técnica e acesso aos recursos disponíveis, evitando-se que os problemas detectados em Analândia se repitam. Numa segunda reunião foram apresentados todos os projetos em andamento no âmbito da Política de Mananciais e das linhas ou temas importantes que precisariam ser desenvolvidos por essa cooperação. Os Srs. Henrique

Bellinaso e o Denis, representantes da CDRS, já destacam a importância dessa sensibilização e capacitação dos produtores rurais no processo de implantação dos projetos da Política de Mananciais desde a criação da política como um dos seus principais pilares. Relacionados os **temas** a serem trabalhados e traduzidos em ações e metas individuais e conjuntas dos participantes: (a) Conservação de solo e água; (b) Saneamento Rural (esgoto, resíduos sólidos e qualidade da água consumida); (c) Produtividade / Sustentabilidade econômica; (d) Integração de dados e bases (LUISA, LUPA, e demais informações da Agência PCJ e da SAA-SP); (e) Adequação Ambiental (CAR, PRA); PIPs contínuos (Collector); (f) Sistemas Agroflorestais; (Alternativa ao Plano Diretor Florestal); (g) Boas práticas, e transição agroecológica; (h) Incentivar práticas de organização coletiva e (i) Segurança e Comunicação (facilidade de acesso, geolocalização, internet). O Sr. Denis (CDRS) comentou que desde que o Protocolo de Intenções foi criado destaca-se a importância de aproximação e cooperação da CDRS com os Comitês de Bacias Hidrográficas. Acredita que o Sr. Antonione, que trabalha com geolocalização na CDRS, deve conduzir muito bem esse processo. Sugeriu que houvesse maior participação de técnicos da CDRS nas Câmaras Técnicas, já que tem participado de cinco câmaras técnicas. Ele tem atuado junto a CT-OL visando facilitar a instalação de hidrômetros para pequenos produtores de forma gratuita através de outras fontes de recursos financeiros do Estado ou da iniciativa privada como um fator de justiça social. Dia 14 de agosto vai haver uma reunião conjunta da CT-OL com a CT-Rural sobre esse assunto. A política de apoio aos pequenos produtores precisa prosperar dentro da CT-Rural. Sr. João Baraldi (Sindicatos Rurais) destacou a importância das Casas de Agricultura como apoio para os produtores rurais como uma espécie de **Poupa Tempo Rural**. O Sr. Henrique Bracale (TNC) destacou a sua felicidade com a aproximação ou reaproximação da CATI ou CDRS, acreditando que onde não há representantes da SAA essa falta é muito sentida. Com relação à preservação de estradas, essas ações estão contempladas dentro do item denominado saneamento rural pela CDRS. Quanto aos PIPs de forma contínua, de certa forma isso tem sido levado em consideração e deve ser uma estratégia dessa cooperação; **6. GT – Ações em Saneamento Rural (item 7 da pauta)**: Tem

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

havido um grande esforço por parte da CT-Rural para avanço das discussões e ações com as questões relacionadas com o saneamento rural através de reuniões com a ABES e com a FUNASA. A experiência com saneamento rural de Holambra está sendo usada como base de discussão para determinar a estratégia de ação para este tema. Foi formado um **GT-Ações em Saneamento Rural** no âmbito da CT-Rural para tratar dessas ações que elaborará de um Termo de Referência para execução de um primeiro projeto piloto. O Sr. Petrus destacou que as fossas negras precisam ser eliminadas o mais rápido possível, sendo que as fossas biodigestoras já são uma tecnologia reconhecida cientificamente pela sua eficácia. Isso precisa nortear as ações desse projeto piloto em áreas rurais isoladas. O Sr. João Demarchi destaca que a Política de Mananciais tem a plena certeza da importância de práticas conservacionistas no manejo dos solos e estradas e o tratamento dos resíduos gerados no campo como pontos fundamentais, mas como ainda nem o Plano de Bacias previa ações neste sentido, ainda avançamos pouco. Destacou o recente artigo publicado pelo IZ sobre o tratamento de resíduos de suinocultura: *Tratamento de efluentes da suinocultura tem menor custo e alto valor agregado à produção com tecnologia do Instituto de Zootecnia em parceria com a JLTec - Tecnologia gera renda, bioenergia, água renovável e biofertilizantes, frutos das pesquisas no Instituto de Zootecnia focada no aumento da eficiência alimentar dos animais. A reportagem pode ser obtida no site: <http://www.iz.sp.gov.br/noticia.php?id=1375>.* Também elogiou o esforço que o Sr. Petrus Weel e o Sr. João Baraldi tem dispendido nessa área. O Sr. Henrique Bracale reconhece a evolução da Política de Mananciais, mas destaca que precisamos de uma ação prática de diagnóstico e levantamento de custos, definindo um roteiro preliminar sobre saneamento rural para os técnicos municipais quando desejarem inclusive a busca de recursos para esse fim; **7. GT – Indicadores e Monitoramento: Projeto RED Águas (CYTED-2020) (Item 8 de pauta):** O prof. Duarcides destaca a grande experiência de participar desses grupos de trabalho dos Comitês de Bacias PCJ. Como coordenador do GT-Indicadores e Monitoramento, ele tem atuado no estudo de indicadores de sustentabilidade para a Política de Mananciais PCJ, e recentemente houve a oportunidade de participar de uma rede ibero-americana através de um edital da

CITED-2020, com recursos governamentais destes países que este ano prioriza os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). São nove países envolvidos que buscam troca de experiências e desenvolvimento tecnológico ao redor da ODS6 – Água e Saneamento: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru e Portugal. A equipe Brasil tem, além do Prof. Duarcides e outros professores da PUC, o Prof. Tadeu Malheiros (USP - CT-ID) e o Pesquisador João Demarchi (IZ/SAA - CT-RN). **Título:** *RED IBEROAMERICANA PARA EL ESTUDIO Y LA GESTIÓN SOSTENIBLE DEL AGUA Y EL SANEAMIENTO*. Acrônimo RED AGUAS. **Breve resumen publicable de la propuesta:** *Iberoamérica es una región con grandes riquezas hídricas y condiciones propicias para vivir de forma saludable. También es una región con grandes contrastes respecto a la accesibilidad al agua segura y a los entornos sanos. Lo anterior, obliga a pensar por un lado a cuidar los recursos hídricos y las condiciones para una vida saludable y por otro lado, a considerar como se puede brindar acceso al agua segura y saneamiento a todas nuestras comunidades, de acuerdo con sus condiciones y territorios. Entonces, la RED AGUAS busca con su interacción preparar y consolidar a sus grupos de investigación para esta labor, además, de dar a conocer y compartir la experiencia que tienen en investigación, innovación y gestión sustentable del agua y el saneamiento, a los estudiantes, investigadores y sociedad civil de los países que conforman la Red y de Iberoamérica, con énfasis en las comunidades más vulnerables y desfavorecidas de contextos tanto urbanos como rurales. También, se busca recomendar las mejores prácticas validadas en iberoamérica para la gestión sustentable del agua y el saneamiento, a órganos de la administración pública de la región, con el fin de procurar que estos apropien esas prácticas y que por lo tanto puedan adquirir compromisos que permitan acceder al agua segura y condiciones de saneamiento, a comunidades desfavorecidas de los países de la Red de iberoamérica. Finalmente, se busca divulgar los resultados de la Interacción de cuatro años de la RED AGUAS, a través de libros de memorias y técnicos, artículos y una base de datos en línea, con las mejores prácticas para la gestión sustentable del agua y el saneamiento, disponible para toda la comunidad iberoamericana. A ideia é que o GT-Indicadores e*

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

Monitoramento (CT-RN e CT-ID) seja a porta de entrada da rede para todos os membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas e suas diversas câmaras técnicas, sendo objetivo desta a transferência de tecnologias e conhecimento para a sociedade através do próprio Comitê e Agência de Bacias PCJ. Representa uma ponte entre a universidade e a sociedade. Há também um evento internacional sobre indicadores no formato de videoconferência que será coordenado por este GT nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2020. A Coordenação Geral é de: Samuel Carvalho De Benedicto - (PPGS - PUC-Campinas), Tadeu Fabrício Malheiros - (EESC-USP), Duarcides Ferreira Mariosa - (PPGS - PUC-Campinas), João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/SAA e CT-RN - PCJ / GT Indicadores). O logo desenvolvido pela equipe da Agência de Bacias PCJ está apresentado a seguir, destacando-se os dois eventos paralelos e as três instituições envolvidos na realização. (link: https://www.even3.com.br/2_SUSTENTARE_5_WIPIS)



Henrique Bellinaso
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan
Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural


João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

Apêndice

PRÊMIO ANA - OBJETIVO GERAL da Política de Mananciais: O principal objetivo da Política de Mananciais PCJ é nortear a operacionalização e o ganho de escala de ações sistêmicas relacionadas à conservação das águas, do solo, da vegetação nativa, das áreas úmidas, dos brejos, das lagoas marginais e de nascentes, servindo para alavancagem de investimentos em infraestrutura natural. O resultado dos seus diversos programas deve se traduzir em disponibilidade de água em qualidade e quantidade (segurança e sustentabilidade hídrica), proteção integral das bacias hidrográficas e de seus recursos naturais, perenidade dos mananciais ao longo do ano e na recarga dos aquíferos através da adequação ambiental promovida na escala das microbacias hidrográficas; **RESUMO do PROJETO:** As Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais - CT-RN e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural - CT-Rural dos Comitês PCJ, por meio de seu Grupo Técnico na área

8. GT-Áreas Protegidas – Rede de Áreas Protegidas PCJ - RAP-PCJ (Item 3 da pauta): O Sr. João Demarchi, em função da ausência do Sr. Cristiano Krepsky (FJPO – Mata de Santa Genebra), coordenador do GT-Áreas Protegidas, apenas comentou sobre a realização de três oficinas durante o próximo mês visando a criação de um banco de dados (mapa) sobre as áreas protegidas e os instrumentos para o pleno funcionamento da Rede de Áreas Protegidas (RAP-PCJ); **9. Encerramento – Comentários Finais (último item da pauta):** O Sr. Henrique Bellinaso (CDRS), coordenador do GT-Mananciais, perguntou se havia mais alguma manifestação a ser feita pelos presentes, e não havendo mais nenhuma, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:15 h.



Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 42ª Reunião Ordinária - 07/08/2020 – 14 às 17h

Videoconferência

de Mananciais - GT-Mananciais, elaboraram a primeira versão da Política de Mananciais PCJ e trabalham em seu aperfeiçoamento continuamente. Foi construída e é atualizada de forma participativa, descentralizada, democrática e contínua, dialogando com diversas áreas do conhecimento. Anualmente, o GT-Mananciais trabalha em Editais de chamamento visando a seleção de iniciativas para investimento em proteção de mananciais. A Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ cria programas estruturantes - Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse (I) e Pagamento por Serviços Ambientais – PSA (II); e estratégicos - Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos (III) e de Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado (IV), no âmbito dos Comitês PCJ. A finalidade dos referidos programas é desenvolver ações para a proteção e conservação das águas, por meio da recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa, bem como de áreas úmidas, brejos e lagoas marginais, com o objetivo geral de propiciar às gerações atuais e futuras o acesso aos mananciais de forma assegurada e protegida. Um quinto programa em desenvolvimento tem como finalidade a gestão e o monitoramento dos projetos e da própria política de mananciais através da identificação ou criação de indicadores e índices de auxílio na obtenção das metas previstas no Plano de Bacias. Outros dois grupos de trabalho foram constituídos para discussão dos Programas III e IV (GT-Áreas Protegidas) e de indicadores e monitoramento das ações e da própria política (GT-Indicadores e Monitoramento). As discussões de renovação da outorga e do volume de transposição de água do Sistema Cantareira para a região metropolitana de São Paulo e a crise hídrica vivenciada entre 2014 e 2015, impactaram significativamente a disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ. Foi no contexto da crise hídrica que os Comitês PCJ, sensíveis aos problemas hídricos e preocupados com a proteção dos mananciais, entenderam a necessidade de se promover um equilíbrio entre a obrigação da proteção dos recursos naturais e ambientais, com as necessidades humanas de ordem econômica e social, no âmbito da gestão de recursos hídricos. A partir deste entendimento, aprovaram em 2015 a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015](#), a qual estabeleceu diretrizes e instrumentos visando à conservação das águas,

recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa na área que compreende as Bacias PCJ. A Política tem sido aperfeiçoada e melhorada nos últimos anos e sua última revisão foi aprovada por meio da [Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018, de 14/12/2018](#).